

Resenhas

PAIVA, Eduardo. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII. Estratégias de Resistência através dos Testamentos.* São Paulo, Annablume, 1995, pp. 240. ISBN 85-85596-50-3

A proximidade e o distanciamento do nosso passado colonial em relação à nossa realidade tem despertado o interesse de historiadores. Eduardo França Paiva, com *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Séc. XVIII. Estratégias de Resistência através dos Testamentos*, procura desvelar parte deste enigma. Convencido de que a história colonial das Minas Gerais, em especial, a história do sistema escravista, aí engendrado, permanece pouco conhecida, busca compreendê-la através da análise de três elementos: "... o processo de libertação do escravo, o papel desempenhado pelo elemento forro – sobretudo a mulher – na organização sócio-econômica da Capitania e o exame das relações sociais retratadas nas nossas principais fontes de pesquisa, isto é, nos testamentos" (p. 17).

O livro ao "enriquecer a visão dos setecentos mineiros" (Douglas C. Libby) constitui-se numa "contribuição inegável para a história do Brasil" (Mary del Priore).

Paiva organizou seu texto em quatro capítulos precedidos de uma Introdução, "O sistema escravista na Comarca do Rio das Velhas: as cartas de alforria e a vida dos libertos" (p. 15-28), na qual apresenta, delimita seu objeto de estudo e, ainda, indica seu referencial teórico.

No primeiro capítulo, intitulado "Discussão sobre as fontes: os testamentos e a temática da resistência na Historiografia" (p. 29-61), o autor, primeiramente, revela a potencialidade dos testamentos para a compreensão do universo colonial. Aponta, em seguida, para a escolha de um tema a ser abordado, no complexo sistema escravista brasileiro, o da resistência escrava.

Os testamentos, com sua estrutura e função bem definidas, "são relatos individuais que, não raro, expressam modos de viver coletivos e informam sobre o

comportamento, quando não de uma sociedade, pelo menos de grupos sociais" (p. 31). Nas suas diversas formas – nuncupativos e místico-ológrafos –, costumam oferecer amplas informações sobre os costumes e sobre a visão de mundo dos testadores ou testadoras. Sua estrutura e função sofreram alterações importantes no final do séc. XVIII, quando o acento religioso acaba dando lugar ao acento econômico.

O aprofundamento da temática da resistência escrava no Novo Mundo pela historiografia, ocasiona um significativo deslocamento: o negro cativo, gradualmente, deixou de ser visto como coisa para ser olhado como agente do processo histórico. Paiva rastrea e discute uma bibliografia selecionada sobre o tema, sinalizando para as tensões, lacunas, influências mútuas e evolução. Termina afirmando que "entender os escravos como agentes históricos que transformaram o seu tempo e construíram nossa cultura, como homens e mulheres, que resistiram de todas as formas e a todo custo, inclusive adaptando-se ao sistema, à sua redução a meros objetos do poder senhorial, não é negar a violência da escravidão nem reabilitá-la, como entende Jacob Gorender [A escravidão reabilitada]. Trata-se, sim, de impedir que a virulência da instituição continue ocultando a discordância de milhões de negros – inclusive os libertos – e os vários caminhos encontrados por eles, coletiva e individualmente, para minimizá-la e/ou destruí-la, conquistando, então a libertação" (pp. 60-61).

As práticas de libertação que possibilitaram a ascensão numérica dos forros no quadro de habitantes da Capitania são o objeto de estudo do segundo capítulo, intitulado "Caminhos da Libertação" (pp. 63-109).

Paiva recorreu aos dados censitários disponíveis para contextualizar o universo mineiro colonial e estabelecer sua composição populacional. Constatou que, durante o séc. XVIII, Minas teve um aumento populacional fantástico e que não só no período Colonial, como durante o Império, manteve o maior conjunto mancipio e, ainda, contou com a maior população negra liberta e livre de todo o Novo Mundo escravista (Herbert Klein).

Que estrutura sócio-econômica tornou possível esse fato? Sem dúvida, a estrutura social inédita da Capitania, constituída por uma ampla malha urbana, por uma economia diversificada, com um mercado interno em

contínuo crescimento, a presença de inúmeros senhores com um número reduzido de escravos, que acabava possibilitando uma relação mais próxima e uma real possibilidade de alforria para os escravos (escravo de ganho ou coartado) que procuravam tirar o maior proveito da estrutura sócio-econômica das Minas.

O aumento do número das alforrias pagas, gratuitas ou condicionais, em Minas, para o autor não é resultado de uma crise, como querem muitos historiadores, mas fruto da mesma dinâmica assumida pela economia e pelo sistema engendrado na região. Paiva relembra que a alforria não era vista da mesma maneira pelo Estado, pelos proprietários e pelos escravos. Para estes, ela era um dos meios mais simples para sair do cativeiro; para os senhores, um meio eficaz de controle social, um mecanismo que inibia conflitos coletivos.

Na Colônia, tudo dificultava a ascensão social e econômica do ex-escravo. No entanto, as mulheres forras, em Minas, mais numerosas que os homens, adquiriram uma autonomia de vida e gerenciavam audaciosamente suas vidas.

O terceiro capítulo, "A mulher Negra na Sociedade Mineira: Escravas e Libertas" (pp. 111-157), tem por base a análise dos testamentos deixados por mulheres forras, cuja trajetória pessoal relembra a de boa parte da população negra. A carta de alforria constituía-se na mais importante e cobiçada meta do cativo. Estratégias as mais diversas eram utilizadas para atingi-la, como: tornar-se proprietário de outrem, constituir laços familiares dentro dos plantéis, estabelecer relações de compadrio, de amizade e interesse com homens livres, e os intercursos sexuais, estratégia usada com frequência por escravas e forras.

O papel das mulheres escravas ou libertas foi fundamental na formação da família, na estruturação das estratégias de resistência e na condução dos processos de alforrias e coartações do grupo familiar. "Todo esse aprendizado as dotou de experiências concretas e virtuais, muito importante no norteamento de suas atitudes diante da sociedade escravista colonial. O know-how serviu-lhe como base inicial para a convivência com aquela sociedade, agora na condição de forra" (pp. 136-137).

Em seguida, Paiva estuda a vida dessas mulheres a partir de suas cartas testamentárias. A alforria não im-

plicava, automaticamente, na ascensão econômica e social. Inúmeros problemas precisavam ser solucionados pelas libertas: onde morar? como sobreviver? como subir na hierarquia colonial? "Assim, elas não titubearam em valer-se de todas as atividades que pudessem lhes proporcionar melhores condições de vida. Fizeram-se intensamente presentes no comércio local, exploraram os segredos da cozinha e da sexualidade, transformaram-se em solícitadíssimas parteiras, impuseram-se como guardiãs principais das tradições culturais africanas e afro-brasileiras, estabeleceram, na medida do possível laços de amizade e de interesse com os mais bem classificados na escala social setecentista" (p. 140).

De inúmeros modos e formas, seja adotando o modelo católico de vida, seja usando a sua sexualidade, as mulheres forras burlaram, romperam e contestaram o projeto de normatização, em curso, da mulher colonial. Até mesmo na hora da morte prevaleceu o pragmatismo dessas negras. Entre o Deus branco e seu séquito de santos e as divindades africanas, optava-se muitas vezes, por uma via sincrética, afro-brasileira, que pudesse garantir a salvação do espírito" (p. 156). Tanto as estratégias de resistência, como de adaptação ao mundo branco, foram empregadas por enriquecidas e miseráveis para superar o estigma da cor e da origem.

A intenção do capítulo quarto, intitulado "Algumas impressões sobre a Sociedade Mineira através dos testamentos" (p.159-210), nas palavras do autor é "... de tentar resgatar a diversificação da sociedade mineira colonial por pinceladas sugeridas pelos testamentos" (p.179).

Para a complexa sociedade mineira, a família constituía-se num dos pilares da convivência social. Entretanto, "... na sociedade mineira setecentista conviviam tipos diferentes de casamento e, conseqüentemente, tipos diferentes de estrutura familiar" (p.172).

A organização material das famílias e das pessoas tinha um peso significativo. A casa, por exemplo, era moradia e unidade produtiva. Tanto os moradores de fora das zonas urbanas, como os das vilas e arraiais setecentistas tinham suas especificidades. Os primeiros, envolvidos com plantações, engenhos de açúcar, de aguardente e os de "fazer farinha" de mandioca e com fazendas de gado. Entre os 357 testadores, os

proprietários de engenhos chegavam a 38% (10,64%). Os segundos, habitavam casas modestas, com grandes quintais que serviam de espaço de lazer e de produção em pequena escala.

Entre os utensílios e ferramentas são abundantes nos testamentos os instrumentos agrícolas e pouco os móveis. A cama parece ter sido única na maioria das residências, daí, seu grande valor e ser legada, apenas, para pessoas muito estimadas. “Gastos com vestimentas e com adornos de ouro, prata e pedras preciosas eram elevados na sociedade mineira colonial, tanto entre as mulheres quanto entre os homens” (p.190). Os testamentos mencionam com frequência débitos, créditos, penhores e doações. “Nas Minas setecentistas, guardados os perigos das generalizações, todos deviam a todos e até mesmo os escravos eram credores de seus proprietários...” (p.198-199).

Mas, o bem maior até o final do período colonial foi o escravo. Os homens eram mais numerosos, concentrados junto aos proprietários com plantéis superiores a cinco indivíduos, mas o conjunto de mulheres era também significativo.

Essa imensa massa misturando alienação e resistência/adaptação, gratidão e pragmatismo contribuiu, decisivamente, nas relações escravistas de produção.

Nas “Observações finais” (p. 211-215), o autor relembra que os testamentos, pouco conhecidos pela historiografia, são reveladores não só de uma imagem pessoal dos testadores mas, também, de um certo fracasso do projeto de controle comportamental imposto à complexa sociedade colonial: “Vislumbra-se, então, um universo mais complexo do que aquele imaginado, apenas pelas relações Metrópole/Colônia e senhor/escravo; um contexto histórico muito mais rico do que o explicitado pela documentação oficial” (p. 214).

Eduardo F. Paiva, professor do Curso de História das Faculdades Integradas Newton Paiva, em Belo Horizonte, com o livro *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Séc. XVIII*, empreendeu uma cuidadosa revisão historiográfica sobre a escravidão em Minas Gerais. Através do exame de quase 400 testamentos do século XVIII demonstra com clareza como “...as formas de adaptação/resistência tenham sido aqui [em Minas] tão variadas e eficazes, assim como o foram as estratégias de dominação” (p. 215).

A leitura do texto coloca-nos “mineiramente” no centro da discussão hoje em curso sobre o sistema escravista, com o mérito de ter optado, um pouco na contra corrente, pelos testamentos como fontes primárias do trabalho. “A dualidade dos testamentos enseja o exame de aspectos culturais da vida mineira, ainda pouco conhecidos pela historiografia e o conjunto de informações disponíveis vem reafirmar a complexidade adquirida por aquela sociedade setecentista” (p. 214).

O livro resgata a vida anônima e pragmática de escravas e libertas, responsáveis pela formação e manutenção de núcleos familiares e pelas estratégias de resistência que aproveitavam todas as fendas do sistema para tornar a vida mais humana.

Alguns livros recentes, com os quais Paiva não pode dialogar, complementam ou ampliam questões presentes no texto. Com relação ao número de escravos vindos para a América, os livros de Hugh Thomas, *The slave trade : the story of the Atlantic slave trade* (Simon & Schuster, 2 vol, 1997) e o de Manolo Florentino, *Em Costas Negras: uma história de tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)* (São Paulo, Companhia das Letras, 1997) trazem dados que complementam as informações dadas.

Com relação à temática da família, dois instigantes textos abordam a problemática: *Das Cores do Silêncio. Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, Séc.XIX* (Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995), de Hebe M. De Castro, e *A Paz das Senzalas. Famílias Escravas e Tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850*, de Manolo Florentino e José Roberto Góes (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira)

Pela excelente pesquisa documental, pelo estilo que esconde engenho e arte e pela perspicácia com que o autor se debruçou sobre os testamentos, o livro de Paiva é uma leitura necessária que possibilita não só destruir mitos sobre a sociedade escravista como enriquecer e ampliar o próprio conhecimento.

Ênio José da Costa Brito

FLORENTINO, Manolo & Góes, José Roberto. *A paz das senzalas. Famílias Escravas e Tráfico Atlântico, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997, 256 p. ISBN 85-200-0458-X.*

O livro de Manolo Florentino e José Roberto Góes, *A paz das senzalas*, ao retomar e aprofundar algumas intuições presentes no texto *Em Costas Negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Século XVIII e XIX)*, leva o leitor a perceber, com maior nitidez, a original configuração de nossa cultura. Trata-se de uma obra instigante que pretende “abordar a família escrava detendo-se sobretudo em suas relações com o tráfico atlântico de africanos...” (p. 43).

Uma excelente pesquisa documental dá suporte a este texto que, na expressão de Maria Luíza Marcílio, “renova a ‘história da vida privada’ desta outra quase metade da população fluminense: os escravos”.

O livro é organizado em três partes, precedidas de um breve Prólogo: “Pois tu tiveste ânimo de matar teus filhos?” (p. 13-22), no qual ilustra, com a narração de um filicídio, a importância das relações parentais.

No primeiro capítulo, intitulado “Da guerra e da paz entre os escravos” (p. 25-37), os autores partem de um dado já acolhido pela historiografia atual: a existência de relações familiares entre os cativos. O

que implica na superação da idéia de ser a empresa escravista e seu agente maior, o senhor de escravos, movidos por uma férrea racionalidade econômica.

“A verdade é que a recriação temporal da sociedade escravista era uma questão essencialmente política, e as relações familiares escravas cumpriram papéis políticos” (p. 31).

Acostumados a olhar o cativo como uma forma de organização social marcada por uma permanente e feroz guerra entre senhores e escravos, esquecemos um dado importante à compreensão desta sociedade: a guerra silenciosa e virtual entre os próprios cativos. Os plantéis mais numerosos eram lugares privilegiados da dissensão, da tensão e do conflito entre os escravos. Além dos relatos de viajantes, fatos como, a preferência pelas uniões matrimoniais endogâmicas por naturalidade, a produção permanente do dissemelhante, do estrangeiro, alertam para as dificuldades na convivência entre os cativos. “O status comum de escravo não era suficiente para aparar as arestas entre uns e outros. Ao contrário, é provável até que o cativo muito contribuisse para exasperar as diferenças que os constituíam, em mais de um sentido” (p. 35).

Ênio José da Costa Brito